

ARTIGOS

Construção de uma matriz para avaliação do contexto escolar no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal



Felipe da Cruz Dias*

Jacira Germana Batista dos Reis**

Márcia Cristina Lima Diniz***

Bárbara Andrades Ribeiro Gomes****

Héldher Xavier da Silva Pereira*****

Lívia Queiroz Rodrigues*****

Resumo: A compreensão dos fatores que influenciam a aprendizagem dos estudantes é alvo de diversas políticas públicas ao longo dos anos e uma importante ferramenta no diagnóstico de potencialidades e fragilidades em uma escola. Nesse sentido, o Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal (SIPAEDF), desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), propõe-se a avaliar o contexto escolar, considerando os aspectos de cada unidade, pela ótica de gestores, professores e estudantes. Para tanto, uma matriz de Avaliação de Contexto com pressupostos teóricos e metodológicos foi desenvolvida considerando resultados obtidos em avaliações anteriores, bem como o diálogo com setores da SEEDF, além de extenso trabalho de revisão bibliográfica. O presente trabalho apresenta o processo de construção da Matriz de Contexto do SIPAEDF e também os resultados parciais da validação pública realizada no sítio da Secretaria de Educação, aberta à participação de toda comunidade do Distrito Federal.

Palavras-chave: Matriz de referência. Contexto escolar. SIPAEDF.

* Doutor em Ciências Mecânicas pela Universidade de Brasília (UnB). Professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e atua na GAVIN/DIAV/SUPLAV/SEEDF. Contato: felipedias.mat@gmail.com

** Especialista em Arte Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e atua na GAVIN/DIAV/SUPLAV/SEEDF. Contato: jacira.reis@edu.se.df.gov.br

*** Especialista em Gestão Educacional pela Faculdade Mauá. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e atua na GAVIN/DIAV/SUPLAV/SEEDF, Contato: marcia.diniz@edu.se.df.gov.br

**** Especialista em Avaliação Educacional pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e atua na GAVIN/DIAV/SUPLAV/SEEDF Contato: barbara.gomes@edu.se.df.gov.br

***** Licenciado em Pedagogia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e atua na GAVIN/DIAV/SUPLAV/SEEDF. Contato: heldher.pereira@edu.se.df.gov.br

***** Especialista em Gestão e Planejamento Público pela Fundação Universa. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e atua na GAVIN/DIAV/SUPLAV/SEEDF. Contato: livia.rodrigues@edu.se.df.gov.br

Introdução

A Constituição Federal de 1988, responsável por oficializar direitos sociais, traz como marco a Educação como um direito de todos: diferentemente das Constituições anteriores, a Educação foi universalizada, a partir da Educação Infantil, que deixava de ter caráter assistencialista, até o Ensino Médio. Com a universalização e o direito à Educação, a União e os entes federados passaram a ter maior responsabilidade na qualidade do ensino ofertado, ressaltando assim maior importância às avaliações dos sistemas de ensino (PERES, 2018). Também graças à Constituição Federal de 1988, em seu artigo 214, há o estabelecimento do Plano Nacional de Educação (PNE), de forma que as ações da União e entes federados se complementem, buscando não somente a universalização do Ensino como também a oferta de uma educação de qualidade (LIMA, 2019).

A partir do PNE, ficam os estados e municípios obrigados a instituir seus próprios sistemas de avaliação de ensino, com intuito de balizar a melhoria de desempenho dos estudantes matriculados no Ensino Fundamental e Médio (BRASIL, 2001). Nesse sentido, no âmbito do Distrito Federal, o Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) publicou a Resolução nº 1/2006, visando estabelecer um processo de avaliação amplo de todo o sistema de ensino, englobando as instituições educacionais públicas e privadas e os diversos órgãos da estrutura da SEEDF (DISTRITO FEDERAL, 2006). Por essa resolução, a Secretaria de Estado de Educação deveria criar mecanismos que permitissem avaliar todo o sistema de ensino, em todas as suas instâncias, partindo do pressuposto de que a qualidade da educação perpassa os seguintes aspectos:

- I. Proposta Pedagógica: como documento definidor da identidade da escola e que pressupõe:
 - A. coerência entre os pressupostos definidores da missão e das finalidades com os objetivos reais, as diretrizes, as metas e as estratégias de ensino/aprendizagem e de gestão;
 - B. a coerência entre os princípios definidos e a prática pedagógica;
 - C. o cumprimento da legislação e normas vigentes;
- II. Resultados obtidos na construção da aprendizagem: considerando o rendimento escolar interno e as avaliações externas;
- III. Profissionais da educação: planos de carreira, programas de capacitação, valorização, formação e desempenho profissional e compromisso dos profissionais com os propósitos da instituição e com o aperfeiçoamento pessoal e profissional;
- IV. Estudantes: a mobilidade escolar, a participação em projetos, conselhos, entidades, programas

sociais, relacionamentos interpessoais, considerando-se o respeito à pluralidade histórico-cultural;

- V. Condições do trabalho pedagógico: compreendendo o apoio ao docente e ao discente, as condições físicas, ambientais, dos equipamentos escolares e dos recursos pedagógicos;
- VI. Gestão escolar: análise dos processos participativos, especialmente das instâncias colegiadas, os projetos institucionais, o cuidado com ambiente escolar físico e humano, a eficiência e a eficácia na utilização dos recursos financeiros e as políticas de desenvolvimento e de expansão da instituição e, especialmente, o compromisso coletivo com a qualidade da educação;
- VII. Democracia e participação: constituição e funcionamento de conselhos escolares, conselhos de classe, grêmio estudantil, associações de pais e mestres e outros;
- VIII. Relações: das instituições educacionais entre si e com a comunidade local;
- IX. Currículo: como documento definidor da concepção teórico-metodológica do processo de aprendizagem que define as competências e habilidades na formação do cidadão.

A SEEDF buscou ao longo dos anos implementar um sistema próprio de avaliação, ora por meio de contratação de empresas, ora pelo trabalho de sua equipe técnica, formada por professores da Rede Pública. Muitos testes foram realizados, pela aplicação de provas diagnósticas, simulados e avaliação institucional, testando assim a capacidade dos setores técnicos em organizar a logística de aplicação, bem como gerar e analisar os resultados obtidos. Tais esforços resultaram na criação do Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal (SIPAEDF), instituído pela Portaria nº 420 de 21 de dezembro de 2018 e regulamentado pela Portaria nº 38 de 18 de fevereiro de 2020 (DISTRITO FEDERAL, 2018, 2020). O SIPAEDF tem como proposta uma avaliação contínua, permanente, participativa, com função diagnóstica e investigativa, cujas informações deverão proporcionar o redirecionamento do planejamento pedagógico e educativo, bem como oferecer subsídios para a reorganização escolar e proposição de políticas públicas para a Educação Básica. O sistema foi proposto com dois instrumentos avaliativos distintos e complementares entre si: a Avaliação de Desempenho, composta pela Prova DF e uma Avaliação de Contexto Escolar, na qual gestores, professores e estudantes respondem questionários específicos sobre a escola, suas práticas de estudo e sua percepção quanto ao ambiente escolar em que estão inseridos e influencia diretamente na aprendizagem (DISTRITO FEDERAL, 2020).

1. A construção da matriz e definição dos eixos de qualidade

A inovação trazida pela integração dos dados de desempenho e os fatores contextuais se justifica pela possibilidade de integração de diversas informações que poderão ajudar os gestores a reconhecer o ambiente de sua própria comunidade escolar, permitindo o desenvolvimento de competências específicas e intervenções pontuais nas fragilidades de cada escola. Sendo assim, a construção da Matriz de Contexto é um marco de fundamental importância para que todas as possibilidades a serem avaliadas sejam claras aos participantes.

A determinação dos fatores que influenciam a aprendizagem dos estudantes e são plausíveis de mensuração foi o processo mais extenso na construção da matriz de referência de contexto. Diversos estudos apontam variáveis que influenciam no desempenho dos estudantes, dentre eles são famosos os estudos de Vygotsky sobre a influência do meio sobre a aprendizagem dos estudantes (VYGOTSKY, 1996), bem como os conceitos apresentados por Bordieu, que ressalta a importância do nível socioeconômico nos resultados educacionais (GUTIERREZ, 2005). Em relação à infraestrutura escolar, Soares e Satyro (2008) verificaram que uma melhora na infraestrutura diminui o quantitativo de estudantes com defasagem idade-série número.

A formação docente e sua práxis são o cerne para o desenvolvimento do educando, independentemente de sua idade. Salgado Jr e Novi (2014) estudaram as práticas que melhoraram o desempenho dos estudantes em avaliações externas. Já Del Porto e Ferreira (2013) estudaram como os fatores socioeconômicos influenciam os resultados dos estudantes no exame do Pisa.

Além de revisão bibliográfica, os questionários de avaliação institucional foram utilizados para a construção da matriz: os questionários da Avaliação Institucional dividem-se em questionários para a Equipe Gestora e Profissionais da Educação, aplicados anualmente de forma alternada, desde 2014. As informações coletadas nessas avaliações foram utilizadas na primeira fase da construção da matriz para definição de variáveis e forma de agrupá-las em eixos estruturantes. Para tanto, os dados da avaliação institucional foram tratados pela técnica estatística de redução de dimensão por Análise Fatorial. Tal técnica maximiza o poder de explicação do conjunto de todas as variáveis e possibilita identificar subgrupos de questões que avaliam uma mesma habilidade ou capacidade cognitiva ou um comportamento. Além disso, permite uma melhor estruturação dos dados, análises descritivas e inferenciais dos resultados (PASQUALI, 2005). Verificaram-se nessa análise que os questionários precisariam

ser adequados para possibilitar a análise estatística das questões, bem como a adaptação a diferentes públicos-alvo, professores, gestores e estudantes, além do desafio de adaptar-se aos aspectos legais vigentes para cada especificidade avaliada.

Considerando todos os documentos legais, tanto no âmbito federal, quanto no Distrito Federal, a análise de dados das avaliações anteriores e, preconizando que uma escola de qualidade é aquela em que o estudante tem garantidas as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento pleno, permitindo completar o seu ciclo de escolarização na idade correta e em ambiente adequado, definiram-se os seguintes eixos para compor a matriz de contexto:

- I. Infraestrutura
- II. Formação docente e atuação docente
- III. Prática pedagógica
- IV. Nível socioeconômico dos estudantes
- V. Clima organizacional

Os eixos acima apresentados estão consoantes com os documentos que preconizam a qualidade da educação, inclusive, para a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, em que o foco principal está no contexto educativo organizado para o favorecimento das aprendizagens.

Para uma melhor adequação dos questionários de contexto à Educação Infantil, foi instituído um grupo de trabalho com duração de maio a setembro de 2020, entre a Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, representada pela Diretoria de Avaliação (DIAV/SUPLAV) e a Subsecretaria de Educação Básica, representada pela Diretoria de Educação Infantil (DIINF/SUBEB). Esse grupo de trabalho foi responsável por adequar os instrumentos da avaliação de contexto, a fim de refletir as especificidades da Educação Infantil e tornar possível mensurar a percepção de qualidade, principal construto da matriz.

Após o alinhamento do documento entre as duas Subsecretarias, a matriz de contexto foi finalizada. Os quadros descritivos das variáveis de acordo com o eixo a ser avaliado são apresentados no Anexo I. Terminada a compilação do texto da matriz, o documento seguiu para etapas de validação e apreciação do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF).

2. Apresentação do SIPAEDF ao Conselho de Educação do Distrito Federal e validação pública da Matriz de Contexto

As Matrizes de Referência do SIPAEDF, tanto de Contexto quanto de Desempenho, foram apresentadas para apreciação do Conselho de Educação. Em tempo, a análise e aprovação dos documentos pelo Conselho de

Educação são de suma importância e um ato de legitimação, uma vez que o CEDF é um órgão de deliberação coletiva, normativo e orientador das atividades educacionais do Sistema de Ensino do Distrito Federal. As matrizes foram apresentadas na sessão plenária do dia 08 de dezembro de 2020, com todos os referenciais teóricos utilizados e esclarecimentos sobre os processos de validação. Após explanação ficou esclarecido que, dada a validade e abrangência da Resolução nº 1/2006 - CEDF, as avaliações externas e de larga escala são de competência da SEEDF, não precisando ser submetidas à apreciação do CEDF (DISTRITO FEDERAL, 2020).

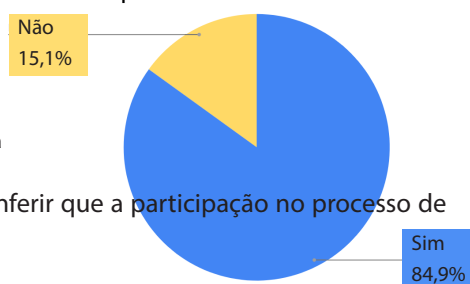
Já para fins de validação das matrizes de referência do SIPAEDF, foi realizada uma consulta pública, no sítio eletrônico da SEEDF, entre as datas de 07 de dezembro a 24 de janeiro. A consulta foi aberta a toda comunidade do Distrito Federal: gestores, professores e estudantes das Redes Pública e Privada, acadêmicos, pesquisadores e quaisquer outras pessoas que tivessem interesse em contribuir com os documentos apresentados. Com exceção das perguntas de identificação e uma pergunta aberta, para a livre manifestação dos participantes, as demais perguntas do formulário de validação foram construídas em escala tipo Likert, com quatro graus de concordância (concordo totalmente, concordo parcialmente, discordo parcialmente e discordo totalmente), evitando assim a neutralidade das respostas. Garland (1991) justifica a ausência de ponto neutro, como forma do respondente anular a questão. Do ponto de vista organizacional, Lucian (2016) defende que não há neutralidade, uma vez que os participantes de uma pesquisa sempre terão uma reação, positiva ou negativa, em relação a um objeto a ser avaliado.

A validação do documento buscou, além da apresentação do texto e seus referenciais teóricos, permitir à comunidade opinar e dar suas contribuições. O Gráfico 1 apresenta a porcentagem de participantes pertencentes à SEEDF. É possível notar que a grande maioria dos participantes no processo de validação são servidores da Secretaria de Estado de Educação.

Gráfico 1:
Perfil dos respondentes

Fonte:
elaboração própria

Perfil dos respondentes: "Você é servidor da SEEDF?"



É possível inferir que a participação no processo de

validação foi aquém do esperado, frente ao tamanho da Rede de Ensino do Distrito Federal. Entretanto, a atipicidade do ano letivo de 2020 bem como o período de validação concomitante ao término do ano letivo podem ter contribuído para o baixo índice de participação. Ainda assim, a participação de estudantes e seus responsáveis (Tabela 1), além de pessoas de fora da SEEDF (Figura 1), chama a atenção pela publicidade que se dá aos documentos produzidos, bem como pelo próprio tema Avaliação.

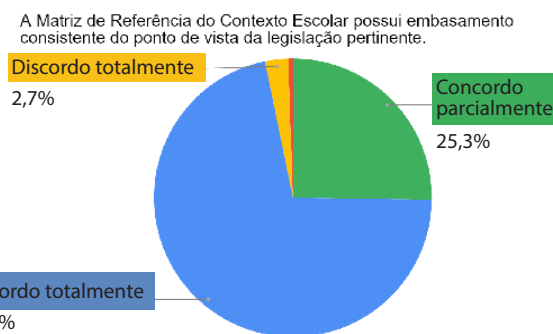
Tabela 1 - Distribuição de participantes por ocupação

Ocupação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Professor	136	73,1%
Gestor Escolar	28	15,1%
Pais ou responsáveis	9	4,8%
Estudantes	3	1,6%
Pedagoga do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem	3	1,6%
Coordenação Pedagógica	3	1,6%
Secretaria Escolar	2	1,1%
Educador Social Voluntário	1	0,5%
Assessoria	1	0,5%

Fonte: elaboração própria

A impressão dos respondentes em relação aos pressupostos teóricos e sua adequação quanto aos documentos da SEEDF foram questionados durante o processo de validação, conforme apresentados pelos Gráficos 2 e 3.

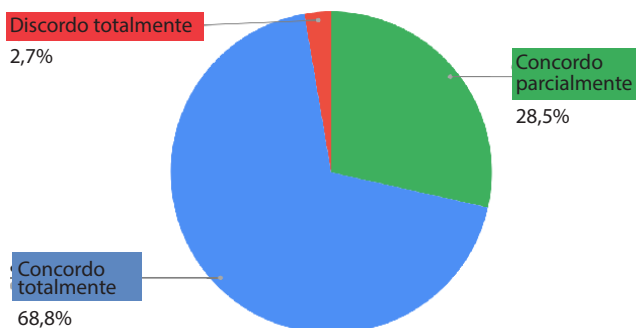
Gráfico 2 - Grau de concordância entre a Matriz de Contexto e legislação vigente



Fonte: elaboração própria

Gráfico 3 - Grau de concordância entre a Matriz de Contexto e demais documentos da SEEDF

A base teórica da Matriz de Referência do Contexto Escolar dialoga com os outros documentos da SEEDF.



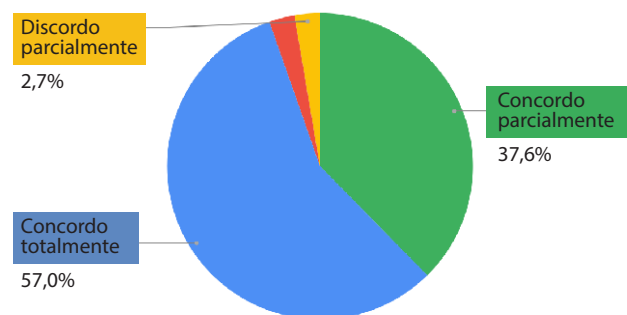
Fonte: elaboração própria

É possível notar que aproximadamente 96% dos respondentes acreditam, após leitura, que a matriz esteja em concordância com a legislação vigente (Gráfico 2), enquanto aproximadamente 97% dos respondentes percebem a integração entre documentos da SEEDF e a Matriz de Contexto (Gráfico 3). Essas duas informações analisadas conjuntamente refletem o trabalho desenvolvido sob a égide da legislação, além da consonância de documentos norteadores já publicados. Além disso, reforça o caráter institucional da Avaliação de Contexto, bem como sua legalidade e pertinência para a Rede de Ensino do Distrito Federal. Vale ressaltar que as matrizes de referência do SIPAEDF foram produzidas por professores da Rede Pública de Ensino, o que justifica a proximidade dos documentos aqui apresentados aos já publicados pela SEEDF.

A percepção em relação aos eixos de qualidade, conforme proposto, são apresentados no Gráfico 4. É possível notar que cerca de 94% dos respondentes concordam com a proposição dos eixos, tal qual apresentados.

Gráfico 4 - Adequação dos eixos de qualidade propostos, segundo percepção dos respondentes

Os Eixos da qualidade apresentados na Metodologia permitem levantar os principais fatores que interferem na aprendizagem.



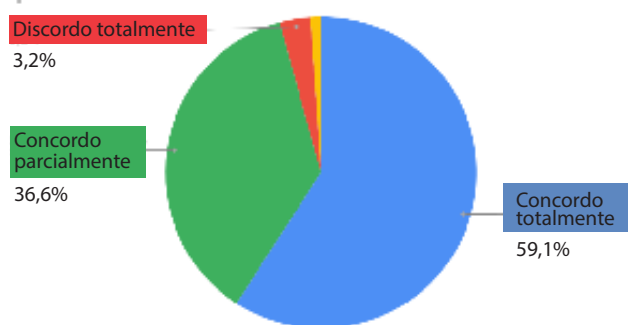
Fonte: elaboração própria

A adequação dos eixos de qualidade, segundo proposto, é importante para a organização das variáveis de contexto. Tal estratégia de organização da matriz permitirá a cada escola fazer uma análise mais detalhada de cada item, sendo possível identificar potencialidades e fragilidades dentro de cada grande eixo.

O gráfico 5 apresenta a concordância entre os tópicos a serem medidos na Matriz de Contexto e os eixos de qualidade estabelecidos.

Gráfico 5 - Concordância entre os tópicos a serem avaliados e os eixos propostos

Os tópicos a serem medidos estão de acordo com os Eixos de qualidade.



Nessa pergunta, aproximadamente 95% dos respondentes indicam a coerência entre os tópicos a serem medidos e os eixos propostos. Esta forte concordância entre a percepção dos respondentes e os resultados da análise fatorial, que gerou a divisão das perguntas nos respectivos eixos, é um indicativo positivo da divisão das variáveis de contexto, corroborando a teoria estatística com a percepção da comunidade escolar. A divisão das variáveis de contexto, em conjunto com a definição dos eixos, representa o cerne da Matriz de Referência uma vez que a partir dessa organização os dados e relatórios serão gerados. É também a partir dessa divisão que as escolas poderão adequar seus projetos pedagógicos e analisar suas fragilidades e potencialidades, com intuito de proporcionar melhores condições de aprendizagem.

Considerações finais

Ter um processo de avaliação estruturado é fundamental para que o ato de avaliar possa revelar ações que modifiquem a prática escolar e se traduzam em melhorias nas aprendizagens, além de possibilitar aos gestores informações pertinentes aos processos educacionais, para que possam direcionar ações que subsidiem positivamente o processo de ensino aprendizagem e

tomada de decisões.

Uma mesma escola pode conviver com diversas realidades, que dificultam a proposição de modelos que padronizem as ações, uma vez que a mesma unidade escolar pode oferecer diferentes etapas em diferentes turnos com realidades socioculturais completamente díspares entre si e com grupos de professores heterogêneos em suas formações. Tais diferenças são de suma importância para caracterizar o contexto educacional de uma escola e quais possíveis ações poderão ser tomadas, respeitando os diferentes níveis de gestão, para assegurar a aprendizagem e a permanência do estudante.

A estratégia de elaboração de uma Matriz de Referência de Contexto permite que cada unidade escolar enxergue os seus dados, em cada etapa avaliada, e dá à comunidade escolar a oportunidade de se organizar e propor projetos que evidenciem suas potencialidades e trabalhe para melhorar seus pontos fracos,

ressaltando o caráter formativo da avaliação. Para os gestores em níveis centrais, é possível fazer uma análise detalhada da Rede de Ensino, bem como acompanhar o desenvolvimento educacional de uma dada região, a partir da avaliação da efetividade das políticas públicas propostas. De forma geral, para toda a comunidade escolar, ter um documento norteador reforça o caráter institucional que a avaliação deve ter, possibilitando a proposição de projetos e políticas públicas baseadas em dados, em informações concretas e fidedignas.

Outrossim, o estabelecimento de documentos norteadores afasta a ideia de ranqueamento, que causa disparidades e, na maioria dos casos, não considera as especificidades de cada unidades escolar e sua comunidade. O maior objetivo do SIPAEDF e seus instrumentos avaliativos é subsidiar as escolas, bem como toda a Rede de Ensino do Distrito Federal, a ofertarem uma educação de qualidade a toda a comunidade. ■

Referências

- BRASIL. Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (2001 - 2010) e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2020.
- DEL PORTO, F. B.; FERREIRA, C. da S. Os fatores socioeconômicos associados ao desempenho dos alunos no PISA 2003 (Brasil, México, Espanha e Portugal). In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007.
- DISTRITO FEDERAL. Conselho de Educação do Distrito Federal. Resolução nº 1/2006 de 21 de março de 2006. Estabelece normas para avaliação institucional no Sistema de Ensino do Distrito Federal. Disponível em: http://cedf.se.df.gov.br/images/Docs/RESOLUÇÃO_nº_1-2006-CEDF_-_Estabelece_normas_para_a_Avaliação_Institucional_no_Sistema_de_Ensino_do_Distrito_Federal.pdf Acesso em: 15 dez. 2019.
- DISTRITO FEDERAL. Portaria nº 420 de 21 de dezembro de 2018. Institui o Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal (SIPAEDF). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/223124594/df-integra-24-12-2018-pg-7> Acesso em: 15 de dez. de 2019.
- DISTRITO FEDERAL. Conselho de Educação do Distrito Federal. Ata da segunda milésima septingentésima sexagésima sétima sessão do Conselho de Educação do Distrito Federal, realizada no dia 08 de dezembro de 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1EHk17WpqfhKwjArhKq4lWykals8P4Q_p/view Acesso em: 20 jan. 2021.
- GARLAND, R. The mid-point on a rating scale: is it desirable? *Marketing Bulletin*, v. 2, p. 6-70, 1991.
- GUTIERREZ, G. C. Estimação das escalas dos construtos capital social, capital cultural e capital econômico e análise do efeito escola. 2005. 106 f. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.
- LIMA, Fábio Souza. A educação Brasileira na CF/1988 e na LDB/1996. (Belo Horizonte, online) [online]. 2019, vol.4, n.13. ISSN 2526-1126. Disponível em: http://pensaraeducacao.com.br/rbeducacaobasica/wp-content/uploads/sites/5/2019/07/09-Fábio-Souza-A-EDUCAÇÃO-BRASILEIRA-NA-CF_1988-E-NA-LDB_1996.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.
- LUCIAN, R. Repensando o uso da escala Likert: tradição ou escolha técnica? *PMKT – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia (PMKT on-line)* ISSN 2317-0123 | São Paulo, v. 9, n. 1, p. 12-28, jan.-abr. 2016
- PASQUALI, L. Análise fatorial para pesquisadores. LabPAM - UnB. Brasília, 2005.
- PERES, P. Como a constituição de 1988 mudou a Educação. *Nova Escola*. Publicado em 01 out. 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12660/como-a-constituicao-de-1988-mudou-a-educacao#> Acesso em: 21 fev. 2021.

SALGADO JR, A.; NOVI, J. C. Proposta de práticas administrativo-pedagógicas que possam contribuir para o desempenho dos alunos de escolas municipais do ensino fundamental na Prova Brasil. Ensaio: aval.pol.públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 23, n. 88, p. 631-662, set. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362015000300631&lng=pt&nrm=iso)

40362015000300631&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 ago. 2020.

SOARES, S.; SÁTYRO, N. O impacto da infra-estrutura escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de ensino fundamental - 1998 a 2005. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, 2008. 22 p.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1996.

APÊNDICE A - Quadro descritivo de eixos e variáveis do questionário de Gestor

Quadro 1 - Quadro descritivo de eixos e variáveis do questionário de Gestor

Gestor		
Eixo da qualidade	Justificativa	Tópicos a serem medidos
Identificação	A identificação da unidade escolar permite aferir a complexidade da gestão e aspectos correlatos.	<ul style="list-style-type: none"> Complexidade de gestão (etapas e modalidades, funcionamento e recursos humanos e financeiros, número de estudantes)
Infraestrutura	A qualidade (caracterização) do ambiente físico e o quão adequado ele é para proporcionar a aprendizagem.	<ul style="list-style-type: none"> Infraestrutura (Condições dos espaços físicos) Acessibilidade (atendimento e recursos para os estudantes com necessidades especiais)
Clima organizacional	O ambiente escolar e a forma como a comunidade escolar se (inter)relaciona é determinante na qualidade da educação.	<ul style="list-style-type: none"> Proposta pedagógica Fatores que influenciam a aprendizagem Formação gestor Gestão democrática Participação e Engajamento da comunidade escolar Planejamento das ações pedagógicas junto aos docentes Participação nas coordenações pedagógicas Autoavaliação Preparo técnico para exercer a função de gestor Violência no ambiente escolar Mediação de conflito Incentivo ao trabalho coletivo Comunicação com os membros da comunidade escolar Organização do ambiente

APÊNDICE B - Quadro descritivo de eixos e variáveis do questionário de Professor

Quadro 2 - Quadro descritivo de eixos e variáveis do questionário de Professor

Professor		
Eixo da qualidade	Justificativa	Tópicos a serem medidos
Formação e atuação docente	Compreende a dimensão e a relação da formação inicial e continuada com a prática docente e os resultados alcançados referente ao desempenho.	<ul style="list-style-type: none"> Formação Atuação Adequação entre formação e atuação Participação em formação continuada Precarização do trabalho docente
Prática pedagógica	As práticas pedagógicas permitem ao professor a proposição de diferentes situações de aprendizagem e faz com que o estudante se torne participante motivado ao longo do processo.	<ul style="list-style-type: none"> Utilização de diferentes espaços e metodologias para favorecer a aprendizagem Prática docente
Clima organizacional	O ambiente escolar e a forma como a comunidade escolar se (inter)relaciona é determinante na qualidade da educação.	<ul style="list-style-type: none"> Gestão Democrática da unidade escolar Participação da gestão escolar no trabalho pedagógico Planejamento coletivo das ações pedagógicas Coordenação Pedagógica Coletiva e individual Proposta pedagógica Engajamento da comunidade escolar Violência no ambiente escolar Troca de experiências Respeito mútuo Trabalho colaborativo Interação entre os membros da comunidade escolar

APÊNDICE C - Quadro descritivo de eixos e variáveis do questionário de Estudante
 Quadro 3 – Quadro descritivo de eixos e variáveis do questionário de Estudante

Estudante		
Eixo da qualidade	Justificativa	Tópicos a serem medidos
Identificação	A identificação permite às unidades escolares adequar seus projetos para melhor atender os interesses e anseios dos estudantes	<ul style="list-style-type: none"> ● Fatores motivacionais ● Idade, o que permite verificar a distorção idade-ano/série; ● Capital cultural
Nível socioeconômico	Trata-se de uma característica de grande relevância no sucesso escolar, além de influenciar diretamente no esforço docente e na adoção de programas e políticas públicas de proteção a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.	<ul style="list-style-type: none"> ● Nível socioeconômico ● Acesso a bens e serviços e identificação de estrato social
Prática pedagógica	As práticas pedagógicas permitem ao estudante diferentes situações de aprendizagem e faz com que se torne participante motivado ao longo do processo.	<ul style="list-style-type: none"> ● Prática pedagógica e utilização de recursos pedagógicos ● Hábitos de estudos dos estudantes ● Utilização de diferentes recursos/estratégias visando a aprendizagem
Clima organizacional	O ambiente escolar e a forma como a comunidade escolar se (inter)relaciona é determinante na qualidade da educação.	<ul style="list-style-type: none"> ● Influência da família ● Interação entre a unidade escolar e a comunidade ● Projetos desenvolvidos na unidade escolar ● Violência escolar ● Comunicação com diretores e professores ● Respeito mútuo e à diversidade ● Participação no Conselho Escolar

Fonte: elaboração própria